

O ato de educar, o contexto e o inédito viável
El acto de educar, el contexto y lo inédito viable
The act of educating, the context and the unprecedented viable

Jorge Alves de Oliveira¹

¹EE Dr. Alfredo Reis Viegas, Praia Grande SP – Brasil, email: jorafro@gmail.com
ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3832-3000>

Resumo: O ato de educar está atrelado a uma concepção de educação escolar. Esta, por sua vez, está afinada, ou busca afinar-se, ou, ainda, é levada a afinar-se com o contexto histórico, político, social, econômico específico. Nestes tempos, ecoa com altivez o discurso pró liberalismo econômico e político repercutindo de forma importante no espaço escolar. Este texto busca destacar duas orientações formativas que estão sendo incorporadas no vocabulário das intencionalidades do ato de educar nas unidades escolares. Trata-se das expressões: protagonismo e empreendedorismo. O ato de educar, portanto, deve promover junto aos alunos intervenções que desenvolvam competências que lhes possibilitem ser protagonistas de suas vidas e empreendedores em meio a sociedade cada vez mais desafiadora, seletiva e competitiva. Mas, um olhar filosoficamente incomodado promove algumas problematizações que precisam ser consideradas. O ato de educar resume-se a ser um referendo ao discurso que se quer hegemônico, bem como suas práticas? Consequentemente, professores e alunos, envolvidos no ato de educar, devem tão somente se conformar a este discurso hegemônico? Estas problematizações conduzem a uma revisita na obra de Paulo Freire (1987;1992;1992n;1996f) onde o autor apresenta a ideia do Inédito Viável e, com ele delinea o Esperançar. Tal revisita pode ser um auxílio para que se redimensione o ato de educar.

Palavras chave: Ato de educar; Protagonismo; Empreendedorismo; Incômodo filosófico; Inédito Viável.

Resumen: El acto de educar está ligado a un concepto de educación escolar. Esto, a su vez, o bien se ajusta, o bien se pone en sintonía con el contexto histórico, político, social y económico específico. En estos tiempos, el discurso económico y político pro-liberal resuena con altivez, teniendo un impacto importante en el espacio escolar. Este texto pretende destacar dos orientaciones formativas que se están incorporando al vocabulario de las intencionalidades del acto de educar en las unidades escolares. Estas son las expresiones: protagonismo y espíritu emprendedor. El acto de educar, por lo tanto, debe promover con los estudiantes intervenciones que desarrollen habilidades que les permitan ser protagonistas de sus vidas y emprendedores en una sociedad cada vez más desafiante, selectiva y competitiva. Pero, una mirada filosóficamente contrariada promueve algunas cuestiones que deben ser

consideradas. ¿El acto de educar se resume a ser un referéndum sobre el discurso que se supone que es hegemónico, así como sobre sus prácticas? ¿En consecuencia, los profesores y estudiantes, involucrados en el acto de educar, sólo deben conformarse con este discurso hegemónico? Estas cuestiones conducen a una revisión en la obra de Paulo Freire (1987; 1992; 1992n; 1996f) donde el autor presenta la idea de lo Inédito Viable y, con ella, esboza la Esperanza. Tal revisión puede ser una ayuda para redimensionar el acto de educar.

Palabras clave: Acto de educar; Protagonismo; Espíritu emprendedor; Incomodo filosófico; Inédito Viable.

Summary: The act of educating is linked to a concept of school education. This, in turn, is in tune, or seeks to tune in, or is even driven to tune in with the specific historical, political, social, economic context. In these times, the pro-economic and political liberal discourse echoes with resonance in an important way in the school space. This text seeks to highlight two formative guidelines that are being incorporated into the vocabulary of the intentions of the act of educating in school units. These are the expressions: protagonism and entrepreneurship. The act of educating, therefore, should promote interventions among students that develop skills that enable them to be protagonists of their lives and entrepreneurs in the midst of an increasingly challenging, selective and competitive society. But, a philosophically troubled look promotes some problematizations that need to be considered. Does the act of educating boil down to being a referendum on the discourse that wants to be hegemonic, as well as its practices? Consequently, teachers and students, involved in the act of educating, should they just conform to this hegemonic discourse? These problematizations lead to a revisit in the work of Paulo Freire (1987; 1992; 1992n; 1998) where the author presents the idea of the Unpublished Viable and, with it, delineates Hope. Such a return visit can be an aid to resize the act of educating.

Key words: Act of educating; Protagonism; Entrepreneurship; Philosophical nuisance; Unprecedented Viable.

Recepción: 23 de marzo 2020

Aceptación: 20 de agosto 2020

Forma de citar: Alves de Oliveira, J. (2020). O ato de educar, o contexto e o inédito viável. *Voces de la educación, número especial*, 104-122.



Esta obra está bajo una licencia Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License.

O ATO DE EDUCAR, O CONTEXTO E O INÉDITO VIÁVEL

1. O ato de educar, a educação escolar e o contexto

O ato de educar, que ora se apresenta, é entendido como sendo a ação direta do professor junto aos alunos de forma mais aguda na sala de aula. Este ato é carregado de responsabilidades, pois, imerso a intencionalidades, ele precisa ser consciente e declarado. Assim, o trinômio professor-conhecimento-aluno pede uma relação aberta de tal forma que o professor e o aluno, nas diversas interações, saibam o que perseguem frente ao conhecimento já constituído (a tradição) e, estejam abertos ao que se construirá. Mas, é sabido, também, que essa relação do interno da sala de aula participa de um conjunto maior que é o da unidade escolar e que esta, por sua vez, íntegra um amplo sistema de educação, seja ele municipal, ou estadual, ou de ordem privada, todos submetidos a uma orientação nacional. É a esta orientação nacional que se credita os apontamentos legais para que a educação escolar se afine, ou quando não, leva-a a afinar-se com o contexto histórico, político, social, econômico que lhe é pertinente. Nesse sentido, a educação escolar assume, ou tangência, o discurso que passa a ser corrente, aquele que se impõe como sendo hegemônico, moldando os seus assistidos dentro dessa concepção de mundo.

Tais considerações são lembretes necessários para que se tenha presente a problemática deste texto: O ato de educar resume-se a ser um referendo ao discurso que se quer hegemônico, bem como suas práticas? Conseqüentemente, professores e alunos, envolvidos no ato de educar, devem tão somente se conformar a este discurso hegemônico?

2. O contexto e o discurso pró liberalismo político e econômico

Nesses tempos, o contexto social, político e econômico está referenciado a partir da leitura de mundo com viés liberal. Isso significa dizer que oficialmente a seletividade e com ela a competitividade entre os indivíduos são legítimas na busca da consolidação social. Isto remete ao marco das formulações liberais feitas por Adam Smith (1996s) que diz:

Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e faça com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas. (p. 169)

São importantes os reflexos práticos desse escrito. A cada instante é audível e visível os apelos e as ações que os indivíduos fazem para garantir as suas posições, suas convicções, suas iniciativas frente ao grupo social. Cada qual, na sua intensidade, busca marcar posição e sinalizar como quer participar deste processo produtivo e o que deseja angariar com isso. Não se aceita, passivamente, os impedimentos que venham negar-lhe a possibilidade de realizar o seu projeto pessoal. De forma muito significativa a argumentação que se apresenta para sustentar as posições acima remete a um dos mais caros artigos da Declaração Universal

dos Derechos Humanos (2009) que trata da liberdade de expressão. “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (Artigo XIX)

Tal artigo é tomado no seu sentido largo onde manifestar posições, ter ideias, torná-las públicas, é também, poder agir segundo normas e princípios individuais. Tomado dessa forma, o direito da liberdade de expressão ratifica os princípios liberais de iniciativa pessoal e, por tabela, aceita a competitividade entre os pares.

A versão atualizada do liberalismo feita por Hayek (2010) reafirma os princípios do pensamento liberal clássico e o contextualiza. O destaque é esse:

A doutrina liberal é a favor do emprego mais efetivo das forças da concorrência como um meio de coordenar os esforços humanos, e não de deixar as coisas como estão. Baseia-se na convicção de que, onde exista a concorrência efetiva, ela sempre se revelará a melhor maneira de orientar os esforços individuais. (p. 58)

O apontamento explícito pró concorrência busca legitimar a ideia e a prática onde indivíduos se colocam frente a frente buscando ocupar os espaços por meio das suas competências, seus esforços, pelo oportunismo que tiverem e o êxito obtido. Ainda que não esteja escrita, a ideia é a do mérito do indivíduo. O indivíduo é mobilizado pela concorrência e esta é consolidada pelos indivíduos em disputa. O beneficiado desta disputa é a produtividade.

Nestes termos, a concorrência é tomada como método que, por si só, regula as relações dos indivíduos dispensando uma autoridade coercitiva e arbitrária. Lê-se que:

[...] a concorrência é um método superior, não somente por constituir, na maioria das circunstâncias, o melhor método que se conhece, mas, sobretudo por ser o único método pelo qual nossas atividades podem ajustar-se umas às outras sem a intervenção coercitiva ou arbitrária da autoridade. (IDEM, p. 58)

Novamente, cada indivíduo, caso queira ocupar um espaço de destaque fara por si o caminho para consegui-lo. A motivação não é tomada como sendo uma ordem externa, mas, sim está implícita na regra da concorrência.

“Com efeito, uma das principais justificativas da concorrência é que ela dispensa a necessidade de um “controle social consciente” e oferece aos indivíduos a oportunidade de decidir se as perspectivas de determinada ocupação são suficientes para compensar as desvantagens e riscos que a acompanham.” (IDEM, p. 58)

A concorrência, portanto, implica a todos a constantemente estarem se revendo, avaliando e lendo o contexto para melhor intervir nele. Considerando, como norte o acúmulo

de capital e tendo o trabalho como meio para o primeiro, o pensamento liberal, depositará no indivíduo as condições necessárias para a sua própria realização. Evidentemente, se deduz que em caso de insucesso o indivíduo será o responsável por não ter se preparado a contento para competir com os demais.

Dentro do que se apresenta sobre o pensamento liberal em termos da centralidade sobre o indivíduo para decidir, produzir e lucrar e, da legitimação/incentivo à concorrência entre os indivíduos, como fica a educação escolar nesse contexto? O que se apresenta a ser oferecido aos alunos para que possam participar desta sociedade que aposta na competitividade? Dos vários estudos sobre o tema, destacam-se aqui alguns apontamentos de Libâneo (1998) e de Gentilli (1996).

3. O ato de educar, a educação escolar e o pensamento liberal

Libâneo (1998) identifica e ressalta a presença do pensamento liberal a partir deste texto:

As reformas educativas, no contexto do neoliberalismo, têm início nos anos 1980 em países da Europa, expandindo-se em seguida os países pobres e emergentes. A partir de 1990, políticas, diretrizes e normas em relação a políticas educacionais passam a ser formuladas, de forma mais direta, pelo Banco Mundial. O marco histórico em relação às influências supranacionais na educação mundial foi a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, em 1990, organizada e dirigida pelos organismos internacionais vinculados à educação, seguindo-se as Conferências de Nova Délhi (1993), e Dacar (2000), entre outras. Os documentos originados dessas conferências, em especial, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), assinados pelos países membros, e as orientações políticas e técnicas do Banco Mundial vêm servindo de referência às políticas educacionais desses países. (p. 04)

Essas referências históricas, com seus respectivos eventos, são importantes para que se visualize as relações explícitas, ou não, entre os ideários econômico, político, social e a educação escolar. Reforça-se, assim, o registro que aponta para uma estreiteza entre a educação escolar e o contexto histórico concreto, por vezes afinados entre si; em outros em oposição; em outros, ainda, o enquadramento para que a educação escolar se ajuste ao contexto hegemônico. Este ajustamento, decorrente da leitura que o pensamento liberal faz da educação escolar pode ser vista na análise feita por Gentilli (1996):

[...] na perspectiva neoliberal os sistemas educacionais enfrentam, hoje, uma profunda crise de eficiência, eficácia e produtividade (...)" (P. 4) Ainda nesta perspectiva: "Trata-se fundamentalmente de uma crise de qualidade decorrente da improdutividade que caracteriza as práticas pedagógicas e a gestão administrativa da grande maioria dos estabelecimentos escolares." (IDEM, p. 04)

Destacam-se do excerto acima as palavras: eficiência, eficácia, produtividade. Todas elas estão implicadas no discurso da qualidade que passa a ser o critério de avaliação da

produção. A baixa e má qualidade na produção é creditada à educação escolar que não se faz eficiente na formação daqueles profissionais que o mercado de trabalho necessita.

Depreende-se desta concepção que a unidade escolar é composta tão somente de um contingente expressivo de indivíduos em formação que trazem um potencial importante para atender as demandas da produção. Contudo, ainda segundo a esta concepção liberal, a ineficiência da educação escolar praticada dificulta o processo formativo daqueles que deverão assumir o processo produtivo que se deseja. Neste sentido, justifica-se uma ação diretiva por parte das instituições econômicas e produtivas sobre a educação escolar, objetivando de pronto [...] a realização de uma profunda reforma administrativa do sistema escolar orientada pela necessidade de introduzir mecanismos que regulem a eficiência, a produtividade, a eficácia, em suma: a qualidade dos serviços educacionais.” (GENTILLI, 1996, p. 04)

Aos apontamentos sobre a ‘qualidade’ dos serviços, some-se, aqueles que sinalizam para o da “competitividade” e o da “meritocracia”. Segundo, os que participam da concepção neoliberal:

Só esse mercado, cujo dinamismo e flexibilidade expressam o avesso de um sistema escolar rígido e incapaz, pode promover os mecanismos fundamentais que garantem a eficácia e a eficiência dos serviços oferecidos: a competição interna e o desenvolvimento de um sistema de prêmios e castigos com base no mérito e no esforço individual dos atores envolvidos na atividade educacional. Não existe mercado sem concorrência, sendo ela o pré-requisito fundamental para garantir aquilo que os neoliberais chamam de equidade. (GENTILLI, 1996, p 5)

Do que se apresenta, extrai-se uma teoria que aponta para práticas concretas. Parte-se do ponto de que as pessoas compreendam o contexto em que vivem, onde a produtividade é o norte a ser perseguido; segundo, que compreendam que somente participarão deste processo aqueles que souberem competir; terceiro: que é uma competição que aceita e incentiva o prêmio e o castigo. Quarto: uma competição que coloca no indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso ou insucesso na medida em que cabe a ele identificar em si as suas potencialidades e desenvolve-las. Quanto as escolas, que atendem esses alunos, caberá auxiliá-los nesse processo de identificação de potencialidades, tornando-os competentes para a competitividade dentro do conceito de qualidade.

O neoliberalismo formula um conceito específico de qualidade, decorrente das práticas empresariais é transferido, sem mediações, para o campo educacional. As instituições escolares devem ser pensadas e avaliadas (isto é, devem julgados seus resultados), como se fossem empresas produtivas. Produz-se nelas um tipo específico de mercadoria (o conhecimento, o aluno escolarizado, o currículo) e, conseqüentemente, suas práticas devem estar submetidas aos mesmos critérios de avaliação que se aplicam em toda empresa dinâmica, eficiente e flexível. Se os sistemas de Total Quality Control (TQC) têm demonstrado um êxito comprovado no mundo dos negócios, deverão produzir os mesmos efeitos produtivos no campo educacional. (IDEM, p. 07)

O incômodo filosófico permanece: O ato de educar resume-se a ser um referendo do discurso que se quer hegemônico, bem como suas práticas? Conseqüentemente, professores e alunos, envolvidos no ato de educar, devem tão somente se conformar a este discurso hegemônico?

4. Educar para o Protagonismo e para o Empreendedorismo

O subtítulo acima indica de pronto o desafio posto para as unidades escolares e, diretamente, para aquela relação primária professor-conhecimento-aluno. A demanda sobre o protagonismo se faz presente nos documentos que balizam a Escola de Tempo Integral – PEI (n. d.). Por sua vez, a Base Nacional Comum Curricular – a BNCC (2018), que orienta toda a educação escolar do país, além de reafirmar o protagonismo do aluno, acrescenta a demanda pró o empreendedorismo. Antes, contudo, de citar os documentos, é pertinente pensar como essas expressões – protagonismo e empreendedorismo – são trabalhados nas empresas.

4.1. Sobre o Protagonismo

O mundo empresarial tem apreço pelo protagonismo e, conseqüentemente, por aquelas pessoas que demonstram ou buscam ser protagonistas. Segundo Melo (2017) alguém é “[...] protagonista quando se destaca pela determinação em impedir situações desfavoráveis, quando se tem confiança em tomar decisões na sua organização e também comprometimento na hora de entregar resultados ímpares.” (p. 1)

Destaque-se três qualidades chave do protagonismo: “impedir situações desfavoráveis” que pode ser compreendido como sendo antecipar-se ao problemas; “tomar decisões” que é focar-se em soluções e assumir responsabilidades; e por fim, “entregar resultados ímpares” que entre outras palavras é ser produtivo e criativo.

Mas, chama a atenção o que segue: “Essa determinação, confiança e comprometimento costuma ser do próprio perfil do funcionário, e assim, incentivada pelos líderes ou gestores da empresa.” (IDEM, p. 1) O indicativo faz entender que o protagonismo é próprio do indivíduo. Não é a empresa que promove, mas sim a pessoa que já se apresenta assim. E, sendo portador dessas características, receberá “incentivo (...) pois é benéfico para a operação contar com perfis proativos que pensem em sempre trazer soluções sem depender 100% da orientação dos seus gestores.” (IDEM, p. 1) O centro, portanto, é o indivíduo que se faz ou não protagonista.

Ainda sobre o protagonismo, na perspectiva empresarial é possível ler que:

No mundo corporativo, ser um profissional com protagonismo – ou um profissional protagonista – significa que você assume a responsabilidade pela evolução da sua carreira. Ou seja, você não deixa que seu desenvolvimento profissional dependa apenas da empresa ou do seu chefe. Pelo contrário, você assume responsabilidades, tem comprometimento com as entregas e autoconfiança para tomar decisões. (CRESPINO, 2020, p. 1)

Retoma-se o apontamento que coloca no indivíduo as condições e responsabilidade por ser ou não ser protagonista. Ele é desejado pelas empresas, mas cabe ao indivíduo a iniciativa pela sua formação.

Ou seja, a área de gestão de pessoas quer que cada funcionário seja responsável por seu desenvolvimento, seu autoconhecimento. Ela oferece as ferramentas, o time prepara seu plano de ação e investe tempo em sua evolução pessoal e profissional na seleção da trilha de aprendizagem que escolherá. A empresa estrutura os cursos e treinamentos de acordo com as necessidades, mas o indivíduo é o agente do processo em formato de autosserviço. (IDEM, p. 1)

Atente-se, contudo: uma vez que esse indivíduo não assume a sua autoformação o preço é caro, pois, “é dada autonomia, só que com gestão de consequências. Aquele que não investir nos conhecimentos críticos do negócio e nos conhecimentos da sua função e pontos a desenvolver individuais, arcará com limitações de crescimento na empresa e até demissão.” (IDEM, p. 1)

É este conceito ‘protagonismo’ que passa a ser disseminado e perseguido pelas unidades escolares a partir das orientações de diversas Secretarias de Educação que aderiram a um modelo de educação conhecido como Programa de Ensino Integral – PEI (n. d.) e que, também, se faz presente na nova Base Nacional Comum Curricular – a BNCC (2018). No PEI (n. d.) encontra-se o que se quer desenvolver no aluno em termos de protagonismo:

O aluno é o ator principal na condução de ações nas quais ele é sujeito e simultaneamente objeto das suas várias aprendizagens. No desenvolvimento dessas ações de Protagonismo Juvenil o jovem vai se tornando autônomo à medida que é capaz de avaliar e decidir com base nas suas crenças, valores e interesses; vai se tornando solidário, diante da possibilidade de envolver-se como parte da solução e não do problema em si; e competente para compreender gradualmente as exigências do novo mundo do trabalho e preparado para a aquisição de habilidades específicas requeridas para o desenvolvimento do seu Projeto de Vida. (p. 15)

É possível identificar de pronto na leitura um aspecto central semelhantes àqueles trazidos pelas agências empresariais, a recordar: cabe ao indivíduo, agora aluno, desenvolver o protagonismo que o fará ser autônomo, ser solidário. ser competente. Nesta perspectiva, cabe as unidades escolares compreenderem que: “A educação proposta neste modelo tem como objetivo principal desenvolver jovens autônomos, solidários e competentes, com oferta de espaços de vivência para que eles próprios possam empreender a realização das suas potencialidades pessoais e sociais.” (IDEM, p. 14)

O ato de educar, portanto, deve oportunizar situações que contribuam para que os alunos sejam:

[...] capazes de compreender as exigências da sociedade contemporânea com a aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de competências e habilidades específicas asseguradas a partir das ofertas das condições para construção dos projetos de vida dos seus alunos, realizados

por meio da excelência acadêmica, da formação para valores e da formação para o mundo do trabalho. (IDEM, p. 14)

A transposição do protagonismo para a educação escolar é reforçada ainda por Costa (2007). Segundo ele:

[...] no campo da educação, o termo protagonismo juvenil designa a atuação dos jovens como personagem principal de uma iniciativa, atividade ou projeto voltado para a solução de problemas reais. O cerne do protagonismo, portanto, é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla.” (p. 10)

Sendo esse o protagonismo indicado para os alunos, caberá a escola moldar-se a essa nova demanda. “A educação está desafiada a encarar e vencer esses novos desafios. Ele já não pode mais reduzir-se apenas à transmissão de conhecimentos, habilidades e destrezas.” (IDEM, p. 03) E como isso será feito?

Segundo Costa (2007):

“Se quisermos transmitir valores às novas gerações, não deveremos nos limitar à dimensão dos conteúdos intelectuais, transmitidas através da docência, devemos ir além. Os valores devem ser, mais do que transmitidos, vividos. A inteligência não é a única via de acesso e expressão dos valores. Eles se manifestam quando sentimos, escolhemos, decidimos ou agimos nesta ou naquela direção.” (p. 4)

Assim, na prática, o ato de educar será o de “[...] criar espaços para que o educando possa empreender ele próprio a construção do seu ser, ou seja, a realização de suas potencialidades em termos pessoais e sociais. Esta concepção de educando nos leva, necessariamente, à formação do jovem autônomo, solidário e competente.” (IDEM, p. 4)

Do que foi apresentado sobre o protagonismo e a sua presença no espaço escolar chama a atenção o seu caráter individual. Em todos os apontamentos, o indivíduo é o sujeito fim da educação, mas, fundamentalmente, também é o responsável pela sua formação. Vale recordar que no pensamento liberal o indivíduo, também, é o sujeito. É ele quem identifica e desenvolve suas habilidades e participa da competitividade, elemento chave daquele modelo que exige eficiência, produtividade, qualidade. Mas, o incômodo filosófico persiste: a educação escolar, o ato de educar se encerra na viabilização destas orientações?

O Empreendedorismo

O empreendedorismo é outro conceito empresarial colocado como elemento importante no documento que baliza toda a educação escolar do país, a Base Nacional Comum Curricular, a BNCC (2018).

Recorrendo-se, novamente, ao mundo empresarial, Bueno (2019) apresenta o empreendedorismo como “[...] a capacidade que uma pessoa tem de identificar problemas e oportunidades, desenvolver soluções e investir recursos na criação de algo positivo para a sociedade. Pode ser um negócio, um projeto ou mesmo um movimento que gere mudanças reais e impacto no cotidiano das pessoas. (p. 1)

O empreendedorismo, assim, assemelha-se ao que se disse sobre o protagonismo. A ação é centrada no indivíduo que busca ser um empreendedor. O dado novo é o do investimento de recursos a fim de se obter um produto final que promova um impacto no conjunto social.

Uma outra instituição importante, a FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a maior entidade de classe da indústria brasileira, traz a ideia de um ‘intraempreendedorismo’, a saber:

[...] refere àquelas pessoas que empregam sua criatividade e não têm medo de arriscar e dar tudo de si dentro de uma organização. Tais indivíduos são imprescindíveis para que essas organizações cresçam e se desenvolvam, mantendo seus padrões de qualidade e agregando fatores como inovação, surpresa e modernidade aos seus serviços. FIESP, 2020, p.1)

Neste conceito fica ainda mais explícito o caráter da individualidade que cerca o empreendedorismo. Como se vem frisando: é o indivíduo que vai se constituindo empreendedor e, nesta ação consolidando o modelo produtivo e tudo o que cerca em termos de qualidade, elemento central da competitividade.

O empreendedorismo passa a integrar oficialmente o discurso escolar por meio da Base Nacional Comum Curricular – a BNCC (2018). Várias práticas educativas, buscando promover situações de interações do aluno com o mundo do trabalho, já sinalizavam para o despertar do espírito empreendedor. O documento, contudo, faz com que haja uma localização mais precisa sobre esse apontamento.

A BNCC concebeu, para além do corpo formativo composto pelas áreas de conhecimento clássicas, o que chamou de itinerários formativos. Estes são:

[...] conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas instituições e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho de forma a contribuir para a construção de soluções de problemas específicos da sociedade.” (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 10). (BNCC, 2018, p. 475).

Compreende-se que o aluno precisa daquele conhecimento básico comum a todos, mas é preciso de algo pontual que lhe permita, individualmente, prosseguir nos estudos ou ingressar no mundo do trabalho. Caberá, portanto, a unidade escolar identificar as demandas que lhes são próprias e oferecer uma educação mais pontual. Por ser, contudo, uma orientação para todo o território nacional, a BNCC indica alguns eixos formativos sobre os quais a ação educativa deve ser construída, entre eles, o que se volta para o

empreendedorismo que “[...] supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias.” (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 12, § 2º).” (IDEM, p. 479).

A educação escolar, portanto, afinada com o contexto histórico, social, político, econômico deve atuar sobre o aluno de tal forma que ele se constitua como alguém capaz de participar daquela competitividade presente no mercado de trabalho enquanto empreendedor.

Ainda uma vez mais é preciso perguntar e problematizar: A educação escolar se encerra neste propósito? Professores e alunos tem aqui o seu ponto de chegada?

5. O Inédito Viável.

A pergunta/problema que vem sendo, recorrentemente, posta ao longo deste texto: o ato de educar resume-se a ser um referendo ao discurso que se quer hegemônico, bem como suas práticas? – passa agora a ser refletida a partir de um conceito muito caro retirado das obras de Paulo Freire: o Inédito Viável.

Polli (2008) apresentando o autor, escreve que “Paulo Freire considerava fundamental a abertura para a ação criadora e transformadora de suas próprias ideias.” (p. 14) Tal apontamento já revela uma atitude de abertura para o novo realizado no próprio ato de pensar e de cotejar as próprias ideias. Uma postura exigente consigo mesmo e que ao mesmo tempo remete ao outro, resultando em um novo comportamento, ou seja:

Seu pensamento ético é resultado de sua posição humanista, conectiva, enquanto busca constante da superação das estruturas de dominação e que, por essa razão, resulta da *atitude dialógica*, base fundamental das experiências vividas, fruto de um modelo de racionalidade fundado na *cooperação* e na busca de um *entendimento intersubjetivo*. (IDEM, p.14)

De fato, essa ação criadora, transformadora das próprias ideias, implica em um rigor constante sobre si mesmo e sobre aquilo que se ouve e se vê. Um rigor que se espalha em busca do outro, dando assim maior significado e importância para as relações interpessoais, quando nestas relações há o esforço mútuo na procura pela compreensão do contexto objetivando intervir nele.

O ato de educar, nesta perspectiva que se apoia em Freire, não objetiva a conformação, mas, sim ele se apresenta como a aposta, a crença, a esperança de que algo novo pode surgir, pois “[...] na prática problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo.” (FREIRE, 1987, p. 71)

A esperança freiriana assenta-se no entendimento e na aceitação consciente de que as pessoas são históricas e inacabadas e, de acordo com o educador (1987): “Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana (...) daí que a educação um quefazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade.”

(IDEM, p. 73). Em outras palavras, a esperança reside no fato de que a cada momento histórico pode surgir algo de novo. Por ser inacabado, a pessoa/as pessoas busca/buscam o seu complemento podendo assim trazer algo novo.

Postula-se, portanto, que o ato de educar se afasta daquela ação que referenda o que se tem; afasta-se, também, do enquadramento das pessoas a uma realidade já posta; e ainda: afasta-se fortemente de ser preparação para que os alunos atualizem a todo o momento o modelo que se quer hegemônico. O ato de educar, que se deseja configurar, é aquele que considera a possibilidade do Inédito Viável.

Freire (1992n) explica que: “o “inédito-viável é na realidade uma coisa inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas sonhada e quando se torna um “percebido destacado” pelos que pensam utopicamente, esses sabem, então, que o problema não é mais um sonho, que ele pode se tornar realidade.” (p. 206-207) Dois destaques importantes.

Primeiro: o inédito viável é um acontecimento que virá, portanto, não está dado ‘o que’ e ‘como será’. Isso altera a relação professor-conhecimento-aluno, pois o ato de educar deixa de ter um resultado pré-estabelecido. Deixa de estar a serviço de A ou B que em última instância limita a possibilidade de todos. Segundo: A ausência de resultado pré-estabelecido reafirma o desafio/compromisso para que todos se esforcem na superação do problema comum, expressem impressões, sentimentos, ideias que em algum momento passará a ser elementos de todos. Elementos de todos porque participa da opção que fizeram pelo *Ser-Mais* (FREIRE, 1987, p. 30) e, no processo dialógico pronunciam a palavra que é de e para todos. Tudo isto porque este “[...] encontro de homens que *pronunciam* o mundo, não deve ser doação do *pronunciar* de uns aos outros. É um ato de criação. (IDEM, p. 79)

Dentro daquilo que foi exposto nas primeiras seções sobre o pensamento (neo) liberal e sobre a sua influência na educação, o Inédito-Viável, pode parecer absurdo. Como mensurar algo que está por vir, sem uma característica, um perfil, uma solidez? Que instrumentos sinalizarão que aquele está de fato sendo construído, ou mesmo, já está presente, constituído em meio as pessoas? Portanto, que credibilidade existe em uma educação que sinaliza para esse inédito-viável? Para essas questões, ainda uma vez, é necessário lembrar a mudança de rota que está sendo proposta. Esta educação não se afina com um fim previamente determinado exteriormente ao próprio processo. Não há um produto a ser entregue, além do próprio processo de humanização e da correção daquilo que impede a todos de *Ser-Mais*.

Há, portanto, a ação do indivíduo se auto conhecendo, conhecendo a sua realidade no mundo por meio da presença e da relação que estabelece com os outros indivíduos, também, envolvidos com aquele objetivo. Mais. Um conhecimento que incita para ações concretas neste mundo transformando-o quando ele dificulta ou impede o *Ser-Mais* que em outras palavras significa: humanizar-se - a si e a todos. O mundo histórico, social, político, econômico é alterado com esta educação? Constrói-se aqui, o entendimento de que o olhar, a compreensão e ação neste mundo seja diferente a ponto de ser ação consciente. Saber porque se age assim. Resiliência frente ao que não se pode mudar em função da estrutura maior. Mas, com indignação e firmeza para não repetir e, ainda, denunciar e agir contra aquilo que desumaniza. Por fim, com condições objetivas para ser propositor e sujeito de ações

transformadoras em seu meio, dentro de uma outra métrica que é o da humanização. E, aqui é o ponto: não por ser uma questão especificamente axiológica, uma ação ética-moral, mas por ser uma questão ontológica, ou seja, da própria essência do ser.

Do ponto de vista pedagógico, o Inédito Viável, participa de uma pedagogia. Ele se apresenta dentro de uma pedagogia da esperança e, esta implica uma prática. Nela, pessoas estão em interação abertas e constante; tomam a leitura de mundo que possuem como objeto de estudo, de reflexão, como problema em comum; buscam por saídas que expressem o entendimento comum.

O ponto de partida para dizer do Inédito Viável é o apontamento de que “a esperança é necessidade ontológica.” (FREIRE, 1992, p. 10). “A esperança faz parte da natureza humana”. (FREIRE, 1996f, p. 80) E, ainda: “Seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, primeiro, o ser humano não se inscrevesse ou não se achasse predisposto a participar de um movimento constante de busca e, segundo, se buscasse sem esperança.” (IDEM, P. 80).

A esperança, portanto, não é um sentimento de positividade, de auto ânimo, mas algo constituinte de alguém que traz consigo a possibilidade de *SER-MAIS*. Neste sentido, essa esperança precisa ser potencializada. O ato de ter esperança precisa então de [...] uma educação da esperança. É que ela tem uma tal importância em nossa existência, individual e social que não devemos experimentá-la de forma errada, deixando que ela resvale para a desesperança e o desespero. (FREIRE, 1992, p. 11)

Assim, depreende-se que: educa-se a esperança, acreditando no Inédito Viável e para tanto, como primeiro passo, é necessário que se faça uma leitura atenta do mundo de onde se possa identificar as situações-limites. Estas situações-limites são tomadas por muito como algo intransponível, por outros como algo natural imutável, ainda como algo aterrador imobilizador. No que se apresenta, estas situações-limites exigem paradas de reflexões, pois elas emperram o processo de humanização. Esta exigência surge do fato de que “[...] os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem a si mesmos como problema. Descobrem que poucos sabem de si, de seu “posto no cosmos”, e se inquietam por saber mais.” (FREIRE, 1987, p. 29) Daquele esforço, percebem que [...] a realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens.” (IDEM, p. 37) Portanto, o que parece ser obstáculo, impedimento para uma transformação passa a ser um impulso, uma alavanca para a superação. A descrição é esta: “Para alcançar a meta da humanização, que não se consegue sem o desaparecimento da opressão desumanizante, é imprescindível a superação das “situações-limites” em que os homens se acham quase coisificados.” (IDEM, p. 95) E, ainda:

Esta é a razão pela qual não são as situações-limites, em si mesmas, geradoras de um clima de desesperança, mas a percepção que os homens tenham delas num dado momento histórico, como um freio a eles, como algo que eles não podem ultrapassar. No momento em que a percepção crítica se instaura, na ação mesma, se desenvolve um clima de esperança e confiança

que leva os homens a se empenharem na superação das “situações-limites”. (FREIRE, 1987, p. 90)

O segundo passo, em meio a essa pedagogia que envolve o Inédito Viável, e em particular as “situações-limites”, é o da identificação do percebido-destacado que nesta condição deve ser problematizado. FREIRE (1992n,) explica que aquelas pessoas envolvidas com as “situações-limites” [...] se separaram epistemologicamente, tomaram distância daquilo que os “incomodava”, objetivaram-no e somente quando o entenderam na sua profundidade, na sua essência, destacado do que está aí, é que pôde ser visto como problema.” (p. 205-206) O percebido-destacado pode ser tomado como ponto central, gerador da situação-limite, que sem a sua identificação, sem ser percebido, sem se encontrar em destaque não será problematizado e, conseqüentemente, não contribuirá para o avanço que se quer.

Ao dedicar-se a esse tema-problema, terceiro passo da pedagogia, as pessoas se aproximam daquilo que os impedem de *SER-MAIS*. Aquilo que se apresenta, ou que se é tomado como impeditivo, estão expressos em termos de valores, de ideias, de comportamento e formam com isso um ideário a ser seguido. A atitude de tomá-los a fim de problematizá-los é fundamental para que as pessoas se aproximem da possibilidade do Inédito Viável. Como escreve Freire (1987):

No momento em que estes as percebem não mais como uma “fronteira entre o ser e o nada, mas como uma fronteira entre o ser e o mais ser”, se fazem cada vez mais críticos na sua ação, ligada àquela percepção. Percepção em que está implícito o inédito viável como algo definido, a cuja concretização se dirigirá a ação.” (IDEM, p. 94)

Uma vez que a pessoa/as pessoas se depararam com as situações-limites, identificaram os destacados-percebidos e se detiveram nos temas-problemas elas já se encontram em ação, ao mesmo tempo em que, já sinalizam para outras ações que promovam a superação daquilo que os impede de serem mais. E este é o quarto passo da pedagogia que se apresenta. “As ações necessárias para romper as “situações-limites”. Essas se dirigem, então, à superação e a negação do *dado*, da aceitação dócil e passiva do que está aí, implicando dessa forma uma postura decidida frente ao mundo.” (FREIRE, 1992n, p. 206) As ações, portanto, se afastam de um ímpeto voluntarioso próprio daqueles que não fazem uma atenta e criteriosa leitura do mundo identificando o que precisa ser transformado e de como promoverão tais mudanças. Ações que foram construídas no interno do processo de desenvolvimento de uma esperança crítica e, portanto, ações advindas daqueles que pensam e fazem a leitura de forma comum.

É, portanto, em meio a este educar para a esperança que acredita-se no surgimento do Inédito Viável. Ele não está previamente dado, mas vai se constituindo no desvelamento daquilo que impede as pessoas de serem mais. No contexto que se criou ao longo deste texto, que aponta para a hegemonia do pensamento neoliberal e de sua presença no espaço da educação escolar, buscar o Inédito Viável é acima de tudo pensar para além daquela hegemonia. Pensar que as pessoas são maiores do que os postulados naquela teoria/ação. No

campo da educação, retomando aos propósitos deste texto, é uma forma de responder ao problema que acompanhou esta escrita, dizendo que: o ato de educar não pode se resumir a ser um referendo ao discurso que se quer hegemônico, bem como as suas práticas. Consequentemente, professores e alunos, envolvidos no ato de educar, devem se inconformar a este discurso hegemônico. Para tanto, precisam conhecê-lo, problematizá-lo, identificar aquilo que atenta e impede a humanização e, agir a favor do *Ser-Mais*. O ato de educar, que e apresenta, não objetiva perpetuar ou salvar as teses e as práticas neoliberal ou quaisquer outras que se apresentem como hegemônica. Ao, contrário, objetiva-se buscar o mais humano de cada pessoa/das pessoas.

5. Últimas considerações

A sala de aula pode ser esse local propício para esses propósitos, pois, na relação professor-conhecimento-aluno, que ocorre dentro de um contexto histórico, social, político, econômico concreto; dentro de uma instituição de ensino que possui uma legislação que a orienta enquanto uma grande rede de educação; ainda há espaço para a criação e o surgimento do novo. Tendo esta compreensão, de pronto, é possível dizer que o professor-o conhecimento-o aluno não são e não estão sucumbidos por um discurso que se deseja hegemônico.

As orientações legais que indicam a concepção de educação escolar que se quer, que tipo de alunos se quer no final do processo educativo a partir dos saberes, competências e habilidades pré-definidas, continuam válidas e serão observadas. O que há de novo é a atenção para com a realidade concreta de cada Unidade Escolar composta de unidades familiares heterogênicas, de pares com formação e tempo de trabalho distintos, de alunos com bagagem cultural e perspectivas diferenciadas e, acima de tudo, composta por pessoas. Pessoas que não podem ser alijadas do processo contínuo do *Ser-Mais*.

O ato de educar em questão tem o seu aporte na reflexão filosófica e, neste sentido, afasta-se diametricamente da fala de um sobre os demais. Este entendimento é importante nesta relação professor-conhecimento-aluno. Nela, a palavra é de todos e o que se construirá é incerto, até mesmo a adesão a aquilo que se apresenta como hegemônico. Sem esta abertura, não há ato de educar, mas sim de adestrar, de doutrinar. Nesse sentido o ato de educar passa a ser, também, um ato de coragem realizado por aqueles que sabem de onde estão partindo, mas não sabem ao certo onde irão chegar. Ato de coragem do qual os alunos – crianças, adolescentes, jovens, adultos – cada qual na sua constituição passam a participar, a se desafiar, a constituírem e e construírem de forma solidária. São inúmeras as experiências nas salas de aula onde os alunos se configuraram nesta perspectiva.

Assim, ser protagonista e ser empreendedor, deixam de ser atitudes e atividades individuais, voltadas para equacionar questões individuais, ou de ordem privada para serem esforços comuns na leitura do mundo e na intervenção para mudar o que impede a todos de serem humanos na sua grandeza.

Por fim, trazer para a reflexão o Esperançar freireano, o Inédito Viável, é acima de tudo visualizar a dignidade de professor e de aluno como sendo seres para *Ser-Mais*. Seres capazes de fazerem uma leitura de mundo, identificando seus pontos fortes de humanização, mas também aqueles que negam, obstaculizam a humanização. E, em meio a essa leitura, serem capazes de proporem saídas viáveis para que o processo humanizador prossiga.

Referências

BRASIL. (2018) *BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – Educação é a base*. Ministério da Educação. Brasília: DF Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em: 06 de setembro de 2020.

BUENO, Jefferson (2019) *Mas, afinal o que é o empreendedorismo*. Disponível em: <[CNE/CEB nº 3/2018 \(2018\) *RESOLUÇÃO Nº 3, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018*. Diário Oficial da União. Órgão: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Brasília: Publicado em: 22/11/2018 | Edição: 224 | Seção: 1 | Página: 21 Disponível <\[https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622\]\(https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622\)> Acesso em 06 de setembro de 2020.](https://blog.sebrae-sc.com.br/o-que-e-empreendedorismo/#:~:text=Empreendedorismo%20%C3%A9%20a%20capacidade%20que,e,algo%20positivo%20para%20a%20sociedade.&text=Isso%20significa%20que%20%E2%80%9Ca%20ess%C3%Aancia,oportunidades%20no%20%C3%A2mbito%20dos%20neg%C3%B3cios%E2%80%9D.>> Acesso em 06 de setembro de 2020.</p></div><div data-bbox=)

COSTA, Antônio C. G. (2007) *Protagonismo Juvenil – o que é e como praticá-lo*. Disponível em: <<http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/costa-protagonismo.pdf>> Acesso em: 15 de maio de 2020.

CRISPINO, Lígia V. (n.d.) *Protagonismo: é isso que as empresas esperam dos colaboradores*. Disponível in: <<https://www.vagas.com.br/profissoes/protagonismo-e-isso-que-empresas-esperam-dos-colaboradores/>> Acesso: 15 de maio 2020.

FIESP. (2020) *Empreendedorismo, propulsor da modernidade*. Publicado in: <<https://www.fiesp.com.br/o-empreendedorismo-e-a-fiesp/>> Acesso: 02 de junho 2020.

FREIRE, Paulo. (1987) *Pedagogia do Oprimido*. 17°. ed. Rio de Janeiro: RJ. Paz e Terra.

_____, (1992) *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: RJ. Paz e Terra.

_____, (1992n) *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: RJ. Paz e Terra.

_____, (1996f) *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 8°. ed. São Paulo: SP.

GENTILI, P. (1996) *Neoliberalismo e educação: manual do usuário*. In: SILVA, T. T. da & GENTILI, P. (Orgs.). *Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília, DF: CNTE. P. 9-49.

HAYEK, F.A. (2010) *O caminho da servidão* / F. A. Hayek. – São Paulo : Instituto Ludwig von Mises Brasil, Disponível em: <<http://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/caminhodaservidao.pdf>> Acesso: 20 de março de 2020.

LIBÂNEO, José, (2016) C. *Finalidades educativas escolares e internacionalização das políticas educacionais: impactos no currículo e na pedagogia*. Texto submetido à revista *European Journal of Curriculum Studies*, 2016.

MELO, Clarissa. (2017) *Protagonismo no ambiente corporativo*. Disponível em: <<https://mobiliza.com.br/3-formas-de-incentivar-protagonismo/>> Acesso: 15 de maio de 2020.

ONU. (2018) *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>> Acesso: 15 de maio de 2020.

P.E.I. (n.d.) *Programa de Ensino Integral*. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/342.pdf>>. Acesso: 15 de maio de 2020.

POLLI, José R. *Paulo Freire, o educador da esperança*. Jundiaí, SP: In House, 2008.

SMITH, Adam. (1996s) *A Riqueza Das Nações – Investigação Sobre Sua Natureza e Suas Causas*. v. I e II. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Economistas).

Acerca del autor

Jorge Alves de Oliveira, Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR Mestrado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP Doutorado pela Universidade Nove de Julho – Uninove. Sua preocupação acadêmica se volta para a educação escolar pública em especial ao ensino médio. Compreende que esta educação escolar passa fundamentalmente pela atenção que se deve dar aos professores. Sua linha de pesquisa é o da filosofia da educação. Há ainda uma preocupação, em particular, com as questões étnica-negra. Autor dos livros: *Amantes do futebol e da música: uma discussão étnica afro-brasileira*. Um esboço de escolar pública nas páginas do jornal.